Requerimento Nº 1/2026

Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que seja oficiado ao Exmo. Senhor Ramon Pires Corsini, DD. Prefeito Municipal de Itapecerica da Serra, para que preste a Câmara Municipal as seguintes informações:

Assunto: **Solicitação de informações sobre a existência de projeto ou planejamento para o descongelamento salarial dos servidores públicos municipais e da Autarquia de Saúde de Itapecerica da Serra.**

O mandato coletivo Cléo do parque união e Jones jr que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa Legislativa, **REQUER** à Mesa Diretora que seja encaminhado ao **Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Itapecerica da Serra** o presente pedido de informações, nos seguintes termos:

Considerando que os salários dos servidores públicos municipais encontram-se congelados há vários exercícios financeiros;

Considerando que a **legislação federal recentemente aprovada autoriza os municípios a adotarem medidas voltadas à recomposição e ao descongelamento salarial**, desde que observados os limites constitucionais e os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que diversos municípios brasileiros já vêm promovendo estudos, projetos e medidas administrativas visando à valorização do servidor público e à recomposição das perdas inflacionárias acumuladas;

REQUER-SE que o Poder Executivo Municipal informe:

I – **Existe projeto de lei, estudo técnico, planejamento orçamentário ou medida administrativa em elaboração ou em andamento** que trate do descongelamento dos salários dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra e da Autarquia Municipal de Saúde?

II – Em caso afirmativo, **encaminhar a esta Casa Legislativa cópia do respectivo projeto, estudo ou documento técnico**, bem como **cronograma estimado para a implementação da medida**, indicando prazos, fases e impactos financeiros previstos.

ASSINADO POR " JONES DONIZETTI SOBRINHO JUNIOR:53377003835 " em 26/01/2026 14:54:23 - Para conferir o documento o original, acesse http://consulta.siscam.com.br/camaraitapecerica/documentos/autenticar e informe o código SV2V-50ZU-MA4S-00G3

III – Em caso negativo, **informar de forma técnica e fundamentada os motivos que inviabilizam a adoção do descongelamento salarial**, especificando eventuais impedimentos de ordem legal, orçamentária, financeira ou administrativa.

IV – O Poder Executivo realizou **avaliação quanto ao cumprimento dos limites de despesa com pessoal**, previstos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando eventual descongelamento salarial?

V – Existe previsão de **dotação orçamentária específica** na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para viabilizar a medida?

VI – O Poder Executivo considera a possibilidade de **implementação gradual ou escalonada** do descongelamento salarial?
a) Em caso positivo, informar os critérios técnicos adotados;
b) Informar se haverá distinção entre categorias, cargos ou níveis funcionais.

VII – Há previsão de **extensão do eventual descongelamento salarial aos servidores da Autarquia Municipal de Saúde**, considerando suas especificidades administrativas e financeiras?

VIII – Caso não exista qualquer projeto ou estudo em andamento, informar de forma **técnica, detalhada e fundamentada**:
a) Os motivos legais, financeiros, orçamentários ou administrativos que impedem a adoção da medida;
b) Se há previsão futura para reavaliação do tema e em qual exercício financeiro.

IX – O Município realizou ou pretende realizar **negociação ou diálogo institucional com entidades representativas dos servidores** acerca da recomposição salarial?
a) Em caso afirmativo, informar datas, resultados e encaminhamentos.

X – Informar se a Administração Municipal possui **estimativa das perdas inflacionárias acumuladas** pelos servidores durante o período de congelamento salarial.

ASSINADO POR " JONES DONIZETTI SOBRINHO JUNIOR:53377003835 " em 26/01/2026 14:54:23 - Para conferir o documento o original, acesse http://consulta.siscam.com.br/camaraitapecerica/documentos/autenticar e informe o código SV2V-50ZU-MA4S-00G3

Justificativa

O presente Requerimento tem por objetivo obter informações detalhadas acerca da existência de estudos, projetos ou planejamento por parte do Poder Executivo Municipal relacionados ao **descongelamento dos salários dos servidores públicos da Administração Direta do Município de Itapecerica da Serra e da Autarquia Municipal de Saúde**.

A iniciativa encontra respaldo na **função fiscalizatória do Poder Legislativo**, prevista no art. 31 da Constituição Federal, bem como na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa, competindo aos Vereadores acompanhar, fiscalizar e solicitar informações sobre atos e políticas públicas que impactem a administração de pessoal e as finanças municipais.

Cumpre destacar que o congelamento salarial imposto aos servidores públicos decorreu, em grande parte, das restrições estabelecidas pela **Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020**, a qual instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, impondo limitações temporárias à concessão de reajustes, aumentos ou adequações remuneratórias no âmbito dos entes federativos.

Entretanto, **com o encerramento da vigência das vedações previstas na Lei Complementar nº 173/2020**, bem como com a edição de **legislação federal superveniente que autoriza os entes federados a adotarem medidas de recomposição remuneratória**, desde que observados os limites da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os municípios passaram a ter **competência legal para atuar em seus respectivos territórios**, promovendo políticas de valorização do servidor público.

Nesse contexto, diversos municípios brasileiros já vêm implementando medidas voltadas ao **descongelamento salarial e à recomposição das perdas inflacionárias acumuladas**, respeitando os princípios do equilíbrio fiscal, da legalidade, da eficiência e da responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Ressalte-se que a manutenção prolongada do congelamento salarial tem ocasionado **expressiva defasagem remuneratória**, impactando negativamente o poder aquisitivo dos servidores, a motivação funcional e, consequentemente, a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Diante disso, torna-se imprescindível que esta Casa Legislativa tenha acesso às informações solicitadas, a fim de **avaliar a viabilidade técnica, jurídica, orçamentária e financeira** de eventual medida de descongelamento salarial, bem

ASSINADO POR " JONES DONIZETTE SOBRINHO JUNIOR:53377003835 " EM 26/01/2026 14:54:22 - Para conferir o original, acesse http://consulta.siscam.com.br/camaraitapecerica/documentos/autenticar e informe o código SV2V-50ZU-MA4S-00G3

como assegurar a **transparência administrativa** e subsidiar o debate institucional de forma responsável e fundamentada.

Por tais razões, a presente proposição possui caráter estritamente **informativo e fiscalizatório**, não implicando imposição ao Poder Executivo, mas buscando garantir que eventuais decisões relacionadas à política remuneratória dos servidores municipais estejam amparadas na legislação federal vigente e no interesse público.

Nesse sentido, aguarda-se o envio da resposta dentro do prazo legal, estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

Art.57-A o Prefeito deverá responder os requerimentos da Câmara no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

Plenário David Farah, 26 de janeiro de 2026.

Documento assinado eletronicamente

Coletivo Cléo PQ União e Jones Jr.
Vereador

ASSINADO POR " JONES DONIZETTI SOBRINHO JUNIOR:53377003835 " em 26/01/2026 14:54:22 - Para conferir o original, acesse http://consulta.siscam.com.br/camaraitapecerica/documentos/autenticar e informe o código SV2V-50ZU-MA4S-00G3